



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

REQUERENTE: A & G SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 073/2025

REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2025

OBJETO: Registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de ambulância de UTI Adulto e Neonatal para atendimento a transferências de pacientes do SUS e eventos para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Cataguases-MG.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de setembro de 2025, às 20h20min, foi recebida via e-mail uma peça impugnatória do processo em epígrafe, sob a qual passo a me posicionar nos seguintes termos:

DA TEMPESTIVIDADE

Conforme estipulada na **CLÁUSULA 18, subitens 18.1** – “18.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame” e “18.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio de endereço eletrônico: pregaocataguases@gmail.com” *dirigidas ao Agente de Contratação/Pregoeiro(a), que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado pela Procuradoria Jurídica Municipal.*” **(GRIFO NOSSO)**

Cabe portanto, analisar, preliminarmente, se foram cumpridos os requisitos de admissibilidade exigidos para tanto, de acordo com o que preceitua o ato convocatório.

O prazo para a impugnação é de até três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. Conforme o ensinamento do mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes¹:

“A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 164 da Lei nº 14.133/21, tendo por termo inicial a data estabelecida para o da apresentação da proposta”²

E exemplifica:

“O dia 19 foi fixado para a realização da sessão e na forma da contagem geral dos prazos, não se computa o dia do início, O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 18; o segundo , o dia

¹ In Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico, Editora Fórum, 2ª edição, 2007, págs. 609/611

² Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Praça Santa Rita, 462 – Centro, Cataguases MG, CEP: 36771-020

32 3429 2500 Ramal 148, 149, 150 151, 152, 153 | pregaocataguases@gmail.com



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

17. Portanto, até o dia 16, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos.”

DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

O Impugnante como escopo fundamental de suas alegações requer::

- **requer seja a presente impugnação julgada procedente, com efeito para que se proceda a devida correção do edital em comento para que seja feita a inserção de documentos de qualificação técnica a exigência de comprovação de registro da licitante e de seu responsável técnico no conselho regional de medicina, enfermagem e administração, bem como alvará sanitário da sede da licitante, a apresentação de Certificado de Qualidade ISO 9001 em nome da empresa licitante, sua inscrição no CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, conforme preconiza a legislação vigente.**

DA ANÁLISE

Ocorre que, a Secretaria de Saúde informou a este setor através do Ofício nº SMS/DIRA 0380/2025, datado de 20/10/2025, a resposta às alegações da requerente e as devidas alterações no edital, conforme descrito abaixo:

1) RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 158/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 073/2025

OBJETO: Registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de ambulância de UTI Adulto e Neonatal para atendimento a transferências de pacientes do SUS e eventos para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Cataguases-MG.

“...após análise técnica, manifestar pela aceitação parcial da impugnação pelos motivos a seguir.

A impugnante alega a omissão de diversos documentos de qualificação técnica no edital, os quais considera essenciais para garantir a capacidade técnica das licitantes para a execução do serviço, que envolve o transporte de pacientes. A argumentação centra-se na necessidade de exigências que assegurem um serviço de qualidade, em conformidade com a legislação vigente, e que resguardem a segurança dos usuários do serviço de saúde pública.

Diante do exposto, a Comissão de Licitação da Secretaria de Saúde, concorda com a necessidade de fortalecer as exigências de qualificação técnica para a prestação de serviços na área da saúde. Por isso, as seguintes solicitações foram aceitas:

Praça Santa Rita, 462 – Centro, Cataguases MG, CEP: 36771-020
32 3429 2500 Ramal 148, 149, 150 151, 152, 153 | pregaocataguases@gmail.com



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

Alvará Sanitário: A impugnante destaca a importância desse documento para comprovar que as empresas estão autorizadas a exercer atividades sob a vigilância sanitária, especialmente em um serviço que lida diretamente com a remoção de pacientes. A inclusão do alvará sanitário é crucial para garantir a segurança da contratante e dos usuários, certificando que a empresa cumpre as normas sanitárias de seu local de atuação.

Registro no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde): O CNES é a base para a operacionalização dos Sistemas de Informações em Saúde e é de preenchimento obrigatório para qualquer estabelecimento de saúde que funcione em território nacional. A Portaria nº 1.6446/2015 do Ministério da Saúde torna obrigatório o cadastramento e a manutenção dos dados no CNES para que os estabelecimentos de saúde possam operar. A não exigência desse cadastro permitiria que empresas irregulares participassem do certame, o que representa um risco para a vida dos usuários.

Registro no CRM (Conselho Regional de Medicina) e COREN (Conselho Regional de Enfermagem): Conforme a Lei nº 6.839/1980 e a Resolução CFM 1.980/2011, empresas e profissionais que prestam serviços médicos devem ser registrados no Conselho Regional de Medicina de sua região. Essa exigência é legítima e essencial para a qualificação técnica, pois comprova que a empresa e seu responsável técnico estão aptos a atuar na área da saúde. De igual forma faz-se pertinente a exigência de que empresas que prestem ou executem atividades na área de Enfermagem se registre no COREN competente. A exigência de ambos os registros está alinhada com a legislação e garante que o serviço seja prestado de maneira segura e competente.

Após análise, a Comissão de Licitação decidiu não aceitar a exigência dos seguintes documentos:

Certificação ISO 9001: Embora a certificação ISO 9001 seja uma prova de qualidade e gestão, sua exigência em um processo licitatório não pode ser genérica. O documento anexado pela impugnante destaca que a certificação pode ser exigida quando pertinente ao objeto e desde que não prejudique a competitividade. No entanto, a exigência de uma certificação internacional como requisito eliminatório pode restringir indevidamente a participação de empresas qualificadas que, por diversos motivos, não possuem tal certificação. Outros documentos, como o Alvará Sanitário e os registros nos conselhos profissionais, já garantem a qualificação técnica necessária para a execução segura do serviço. A inclusão da ISO 9001 poderia, portanto, comprometer a competitividade do certame sem trazer um benefício adicional proporcional ao custo ou barreira de entrada que impõe.

Registro no CRA (Conselho Regional de Administração): A impugnante argumenta que, por se tratar de "locação de veículos com a disponibilização de mão de obra", o registro no Conselho Regional de Administração (CRA) seria obrigatório. A base para essa alegação



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

é o argumento de que a atividade da empresa inclui recrutamento, seleção e administração de pessoal, o que seria de competência do CRA. Contudo, a atividade-fim da contratação é a prestação de serviços de saúde - a locação de ambulâncias para transporte de pacientes - e não a administração de pessoal. A principal atividade da empresa é a saúde, o que já é coberto pela exigência de registro no CRM e COREN. A exigência de registro no CRA seria desproporcional e inadequada, já que a atividade de administração de pessoal é secundária e inerente a qualquer empresa, não sendo o serviço principal a ser contratado pela Prefeitura.

Diante do exposto, decide:

Aceitar a impugnação no que diz respeito à exigência de Alvará Sanitário, Registro no CNES e Registro nos Conselhos Regionais de Medicina e Enfermagem (CRM e COREN).

Rejeitar a impugnação em relação à exigência de Certificação ISO 9001 e Registro no Conselho Regional de Administração (CRA).

Dessa forma, solicita-se alteração do edital para incluir as exigências de qualificação técnica aceitas. Conforme a legislação solicita-se as devidas alterações e reabertura de novo prazo para o certame, garantindo a ampla competitividade e o cumprimento dos princípios da Administração Pública”.

3. DA DECISÃO:

Ante as considerações apresentadas, analisando as razões da impugnante, manifesto pelo conhecimento da impugnação, tendo em vista a sua tempestividade, para, no mérito, dar-lhe provimento.

O processo encontra-se suspenso e o edital será retificado e estará disponível no site www.cataguases.mg.gov.br, podendo também ser solicitado por email pregaocataguases@gmail.com.

A presente decisão será comunicada ao impugnante e disponibilizada no site <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>

Cataguases, 20 de outubro de 2025.

Janete Aparecida Garcia

Agente de Contratação/Pregoeira do Município de Cataguases